



Terça-feira, 21 de Julho de 2020

I Série – N.º 108

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 340,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	Kz: 734 159.40
A 1.ª série	Kz: 433 524.00
A 2.ª série	Kz: 226 980.00
A 3.ª série	Kz: 180 133.20

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Imprensa Nacional — EP

Errata n.º 2/20:

Errata de edição referente ao Decreto Presidencial n.º 156/20, de 3 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 76, I Série, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território.

Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente

Decreto Executivo n.º 219/20:

Define as medidas concretas de prevenção e controlo para evitar a propagação do Vírus SARS-COVID-2 e a doença COVID-19, durante a vigência da Situação de Calamidade Pública, relativamente ao Sector da Cultura, Turismo e Ambiente, e aplicam-se a todo o território, com excepção às localidades com cerca sanitária definida pelas autoridades, incluindo a Província de Luanda, e o Município do Cazengo (Cuanza-Norte).

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 101/20:

Nomeia Nelma Lígia Almeida da Silva Caetano para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos, e delega poderes à Ministra da Cultura, Turismo e Ambiente para conferir posse à individualidade ora nomeada.

Vice-Presidente da República

Despacho n.º 15/20:

Nomeia João António Dias para integrar o quadro temporário da Directora-Adjunta do Gabinete do Vice-Presidente da República.

Ministério da Economia e Planeamento

Decreto Executivo n.º 216/20:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Consultivo deste Ministério.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Decreto Executivo n.º 217/20:

Cria o 6.º Cartório Notarial da Província de Luanda, também designado Cartório Notarial da Centralidade do Kilamba, de 1.ª Classe, a situar-se no Distrito Urbano do Kilamba.

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

Decreto Executivo n.º 218/20:

Autoriza a mudança de Operador do Bloco 1/14, cuja função passa a ser exercida pela ENI Angola.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 101/20 de 21 de Julho

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico da Agência Nacional de Resíduos (ANR), contido no Decreto Presidencial n.º 181/14, de 28 de Julho, o seguinte:

1. É nomeada Nelma Lígia Almeida da Silva Caetano para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos.

2. São delegados poderes à Ministra da Cultura, Turismo e Ambiente para conferir posse à individualidade ora nomeada.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho n.º 15/20
de 21 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 131.º e do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da alínea h) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 323/17, de 12 de Dezembro, conjugado com o Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro, e o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, determino:

1. É nomeado, em comissão de serviço, para integrar o quadro temporário da Directora-Adjunta do Gabinete do Vice-Presidente da República, o funcionário abaixo designado:

João António Dias, com a categoria de Assistente de 2.ª Classe.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Julho de 2020.

O Vice-Presidente da República, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

Decreto Executivo n.º 216/20
de 21 de Julho

Considerando a necessidade de se aprovar o Regulamento Interno do Conselho Consultivo do Ministério da Economia e Planeamento, nos termos previstos do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 43/18, de 12 de Fevereiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Economia e Planeamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 288/14, de 14 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Conselho Consultivo do Ministério da Economia e Planeamento, abreviadamente CC/MEP, anexo ao presente Decreto Executivo de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo serão resolvidas pelo Ministro da Economia e Planeamento.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Junho de 2020.

O Ministro, *Sérgio de Sousa Mendes dos Santos*.

REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Consultivo do Ministério da Economia e Planeamento.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

O Conselho Consultivo é o órgão de apoio consultivo em matéria de programação e coordenação das actividades do Ministério da Economia e Planeamento.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

O Conselho Consultivo tem como atribuições pronunciar-se sobre:

- a) As grandes linhas económicas e sociais de orientação estratégica de médio e longo prazos;
- b) A política de desenvolvimento económico e social e a política económica;
- c) Os cenários de desenvolvimento económico e social do País, considerando as implicações do comportamento do sistema económico e financeiro internacional e avaliar as suas implicações na execução dos instrumentos de planeamento, pelos órgãos executivos centrais;
- d) O sistema nacional de informação económica e social.

CAPÍTULO II Organização e Funcionamento

ARTIGO 4.º
(Composição)

1. O Conselho Consultivo é presidido pelo Ministro da Economia e Planeamento e integra:

- a) Secretários de Estado;
- b) Directores Nacionais e Equiparados;

- c) Directores dos Gabinetes de Estudos e Planeamento Sectoriais e Provinciais;
- d) Directores dos Gabinetes Provinciais de Desenvolvimento Económico Integrado;
- e) Responsáveis dos órgãos superintendidos e tutelados;
- f) Representantes Económicos e Comerciais junto das Missões Diplomáticas de Angola no estrangeiro;
- g) Consultores do Ministro e Secretários de Estado;
- h) Administradores de projectos sob dependência do Ministério da Economia e Planeamento.

2. O Ministro pode, sempre que achar necessário, convidar para participar no Conselho Consultivo, outras entidades, nomeadamente titulares dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, das associações empresariais, das instituições de investigação científica, das associações sindicais, bem como outros técnicos ou especialistas.

ARTIGO 5.º
(Comissão Preparatória)

A organização e a preparação das reuniões do Conselho Consultivo são da responsabilidade de uma Comissão Preparatória, que deve ser criada por Despacho do Ministro da Economia e Planeamento.

ARTIGO 6.º
(Grupos de trabalho)

Sempre que a complexidade técnica das matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho Consultivo justificar, o Ministro da Economia e Planeamento pode criar grupos de trabalho especializados, podendo convidar consultores ou outras entidades para integrar o grupo.

ARTIGO 7.º
(Periodicidade das reuniões)

O Conselho Consultivo reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro.

ARTIGO 8.º
(Convocatória)

1. As reuniões ordinárias do Conselho Consultivo são convocadas com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

2. A convocatória deve indicar o dia, a hora, o local, a proposta da agenda de trabalho e a lista dos convocados à reunião.

ARTIGO 9.º
(Presidência das reuniões)

1. As reuniões do Conselho Consultivo são presididas pelo Ministro, a quem compete:

- a) Proceder a abertura e o encerramento das reuniões;
- b) Submeter à aprovação a ordem de trabalho;

- c) Dirigir as sessões de trabalho;
- d) Submeter as conclusões e recomendações.

2. Nas suas ausências ou impedimentos, o Ministro delega a um dos Secretários de Estado a presidência das reuniões do Conselho Consultivo.

ARTIGO 10.º
(Documentação)

1. A entrega da documentação a ser apreciada deve ser feita com a antecedência de, pelo menos, 10 (dez) dias e devem ser disponibilizados para consulta de todos os participantes.

2. Os documentos em discussão devem ser distribuídos com sinopse e alinhados com os pontos em agenda.

ARTIGO 11.º
(Deliberações do Conselho Consultivo)

As deliberações do Conselho Consultivo assumem a forma de recomendações e consta da acta final.

ARTIGO 12.º
(Acta final)

Em cada reunião do Conselho Consultivo deve ser elaborada uma acta síntese, em que consta, o relato das matérias apreciadas, as deliberações e recomendações tomadas pelo Conselho Consultivo.

ARTIGO 13.º
(Secretariado do Conselho Consultivo)

1. As sessões do Conselho Consultivo deverão ser apoiadas por um Secretariado constituído por:

- a) Director do Gabinete do Ministro, na qualidade de coordenador;
- b) Directores dos Gabinetes dos Secretários de Estado;
- c) Director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa; e
- d) Consultores do Ministro e Secretários de Estado.

2. Compete ao Secretariado do Conselho Consultivo:

- a) Proceder ao controlo das presenças e faltas dos membros do Conselho;
- b) Elaborar a acta das reuniões do Conselho;
- c) Desempenhar outras tarefas atribuídas superiormente.

ARTIGO 14.º
(Ausências)

As faltas dos membros às reuniões do Conselho Consultivo devem ser justificadas no prazo de 48 horas, por escrito ao Ministro.

ARTIGO 15.º
(Confidencialidade)

1. É vedada a divulgação de qualquer documento à submeter à apreciação do Conselho Consultivo.

2. As agendas, os debates, as posições assumidas e as actas finais do Conselho Consultivo têm carácter confidencial.

CAPÍTULO III Disposições Finais

ARTIGO 16.º (Alterações)

As alterações ao presente Regulamento são apreciadas em Conselho de Direcção do Ministério da Economia e Planeamento, para aprovação do Ministro.

ARTIGO 17.º (Lema)

Cada Conselho Consultivo tem um lema, apreciado em Conselho de Direcção e aprovado pelo Ministro da Economia e Planeamento.

O Ministro, *Sérgio de Sousa Mendes dos Santos*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Decreto Executivo n.º 217/20 de 21 de Julho

Considerando a necessidade e interesse público incommensuráveis de criação e abertura de um Cartório Notarial no Distrito Urbano do Kilamba, na Centralidade do Kilamba, para atender a enorme demanda dos serviços notariais por parte dos cidadãos daquela circunscrição territorial e de outras à ela adjacente;

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, em conformidade com as disposições combinadas do artigo 3.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, da alínea a) do artigo 5.º, e do n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto Presidencial n.º 77/18, de 15 de Março, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, decreta o seguinte.

1. É criado o 6.º Cartório Notarial da Província de Luanda, também designado Cartório Notarial da Centralidade do Kilamba, de 1.ª Classe, a situar-se no Distrito Urbano do Kilamba, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Decreto Executivo.

2. As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Julho de 2020.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

Decreto Executivo n.º 218/20 de 21 de Julho

O Decreto Presidencial n.º 153/14, de 12 de Junho, atribui à Concessionária Nacional, os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco 1/14.

Para o exercício das operações petrolíferas foi indicada a SONANGOL — E.P., como Operadora.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, Lei das Actividades Petrolíferas, determino:

1. É autorizada a mudança de Operador do Bloco 1/14, cuja função passa a ser exercida pela ENI Angola.

2. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

3. As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pelos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2020.

O Ministro, *Diamantino Pedro Azevedo*.

MINISTÉRIO DA CULTURA, TURISMO E AMBIENTE

Decreto Executivo n.º 219/20 de 21 de Julho

Considerando que por Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio, foi declarada a Situação de Calamidade Pública a partir das 0h00 do dia 26 de Maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia COVID-19;

Havendo necessidade de se proceder à regulamentação das medidas aplicáveis ao Sector da Cultura, Turismo e Ambiente, nos termos definidos nos artigos 23.º e 28.º do referido Decreto Presidencial.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o estipulado nos n.ºs 1, 2 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e pelo artigo 5.º do Estatuto